

Pautas para la presentación de la Propuesta de Políticas y Líneas de Acción (PLA)

El PLA es un informe original, presentado de modo sucinto, realizado a partir de la reflexión y los resultados del tema desarrollado en el transcurso de la investigación.

El objetivo del informe es enunciar los núcleos problemáticos y los conflictos sociales estudiados; los actores públicos y no estatales involucrados especificando sus posiciones, funcionamiento, tensiones y relaciones. El segundo aspecto se centra en proponer políticas públicas y/o medidas para la acción dirigidas a los partidos políticos, movimientos y organizaciones sociales, considerando sus diferentes dimensiones y contextos sectoriales y territoriales.

Con este perfil de informes CLACSO intenta ampliar la difusión de las investigaciones producidas por los/as académicos/as de América Latina y el Caribe, en el ámbito del pensamiento social y la acción política. Además, tiene la finalidad de transferir conceptos e instrumentos que contribuyan a repensar y abordar políticas públicas y acciones específicas, en diferentes campos del mundo de las relaciones y prácticas políticas.

Particularmente, se busca que estos informes incluyan proposiciones que favorezcan el diseño y aplicación de líneas de acción específicas, contemplando la identificación de actores e instituciones involucrados y/o el establecimiento de los escenarios contextuales que permiten el logro de los objetivos y resultados esperados.

El informe debe ser transmitido en un lenguaje claro, conciso y amigable, en lo posible sin citar autores ni otros trabajos, orientado a que su lectura resulte fácilmente comprensible para un conjunto de lectores diversos, amplio con distinta formación: investigadores, políticos, funcionarios, militantes y público en general. El texto debe ser autocontenido y NO debe remitir al informe o ensayos elaborado por el/a autor/a. Se sugiere NO anexar bibliografía.

Con la intención de facilitar la exposición y el acceso a su línea argumentativa, el PLA debe dividirse en tres partes. El documento debe ser completado dentro de esta misma plantilla. Se solicita mantener la estructura y no modificar los subtítulos.

Políticas y líneas de acción [PLA]

Nombre del/la autor/a: Lia Pinheiro Barbosa	Correo electrónico: lia.pbarbosa@gmail.com
Institución: Universidade Estadual do Ceará / Universidad Nacional Autónoma de México	Fecha de entrega: 30/10/14
Indicar un título breve y directo para el del documento. Máximo: 75 caracteres con espacios	
Educação do Campo e democratização da Educação Superior no Brasil	
Resumen de los datos biográficos más relevantes del/la autor/a. Máximo: 150 caracteres con espacios	
Socióloga. Doutora em Estudos Latino-Americanos. Docente da Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora do Programa Alternativas Pedagógicas y Prospectiva Educativa en América Latina (UNAM).	
CINCO PALABRAS CLAVE	3. UNIVERSIDADE
1. EDUCAÇÃO DO CAMPO	4. POLÍTICAS PÚBLICAS
2. MOVIMENTOS SOCIAIS	5. CONHECIMENTO

1. PRESENTACIÓN

Introducir los temas, problemas y escenarios estudiados, determinado los actores involucrados.

Extensión: media página

O presente informe apresenta os resultados decorrentes do ensaio escrito no marco do Premio Krotsch de Estudios sobre la Universidad “Los desafíos de la universidad pública en América Latina y el Caribe”.

1. Temática abordada: O projeto educativo-político da Educação do Campo no âmbito da luta empreendida pelos movimentos sociais camponeses no Brasil pelo direito à educação, em especial à Educação Superior.
2. Problemática analisada:
 - Análise do contexto histórico-político de emergência do debate relacionado à Educação do Campo no Brasil;
 - Caracterização do marco legal-jurídico da Educação do Campo;
 - Apresentação das políticas públicas de acesso à Educação Superior resultantes do projeto educativo-político da Educação do Campo;
 - Discussão das matrizes epistêmicas intrínsecas ao projeto educativo-político da Educação do Campo e suas interfaces na universidade pública brasileira;
 - Apreciação das formas de articulação política entre movimento social e Estado, com ênfase nos avanços, limites e tensões no âmbito das políticas públicas de acesso à Educação Superior;
 - Debate acerca dos desafios postos às universidades públicas brasileiras no processo de implantação dos programas políticos conquistados no marco da luta dos movimentos sociais camponeses.
3. Cenário estudado: o contexto histórico-político que perpassa a luta dos movimentos sociais do campo no Brasil pelo direito à educação. Para tanto, abordamos o surgimento do conceito de Educação do Campo como princípio e projeto educativo-político que interpela a perspectiva da Educação Rural apresentada, historicamente, como proposta política no Plano Nacional de Educação. Nesse sentido, os movimentos sociais reivindicam o direito constitucional à educação e requerem do Estado a implementação de políticas públicas de caráter específico que atendam as demandas educativas dos povos do campo. No cerne desse debate, ditos movimentos apresentam para a agenda nacional uma concepção de Educação intrinsecamente articulada a seus saberes e conhecimentos, sua cultura e identidade. Por tal razão, reivindicam uma educação compreendida como projeto educativo-político, que fortaleça as especificidades do campo e atenda suas demandas de ordem sociocultural e econômica. Tratamos de demonstrar a dimensão política da Educação do Campo, sobretudo no contexto de disputa de projetos políticos para o campo no Brasil. Aprofundamos nossa reflexão com a análise de uma política pública – o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA) – e suas interfaces no acesso à Educação Superior nas universidades públicas brasileiras. Encerramos o ensaio apresentando algumas pistas para a análise teórico-metodológica relacionada à temática abordada, em particular, alguns elementos para pensar os desafios da Educação do Campo como projeto educativo-político.
4. Autores envolvidos: movimentos sociais e organizações do campo; instituições públicas (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e universidades públicas brasileiras).

2. ANÁLISIS POLÍTICO

Realizar un breve análisis político o reflexión en relación con el objeto de estudio.

Extensión: media página

Com base no exposto anteriormente, o ensaio tratou de evidenciar de que forma a Educação do Campo articula uma resposta dos movimentos sociais camponeses na construção e consolidação de um projeto educativo-político, de caráter alternativo e emancipador, para os povos do campo.

Desde esta perspectiva, a Educação do Campo fortalece uma discussão teórico-política que ressignifica, no plano epistêmico e político, o conceito de *educação* e *campo* desde a voz e o olhar dos sujeitos do campo. Trata-se de um debate de fundo, uma vez que demarca um conjunto de interrogantes que questionam a essência do projeto de modernidade no plano epistêmico, em sua concepção político-econômica de mundo e no processo de disputa de projetos políticos para o campo no Brasil. Em outras palavras, a Educação do Campo questiona a gênese da contradição inventada entre campo e cidade, em que esta é retratada como o espaço do moderno, do culto, do progresso, em detrimento do campo, considerado historicamente o lugar do arcaico, do atraso.

O postulado teórico-empírico da Educação do Campo conduz a uma ruptura do paradigma moderno-arcaico, ao ressaltar a centralidade de um projeto sociocultural e econômico para o campo, como caminho necessário na ordem de um projeto social igualitário para o Brasil.

A educação é um eixo fundamental desse projeto, uma vez que consolida a conformação de um sujeito histórico-político e de uma subjetividade crítica, que permita avançar na proposição de ações que transformem a essência das contradições no campo.

A defesa de uma política pública específica que contemple o projeto educativo-político da Educação do Campo é uma condição *sine qua non* na defesa de um projeto sociocultural para os povos do campo, especialmente por garantir a constitucionalidade do direito à educação para os povos do campo.

Representa um avanço no marco de disputa de projetos para o campo brasileiro, ao consolidar uma proposta política da classe trabalhadora. Obviamente dita tensão está permeada por contradições e tensões entre diferentes forças histórico-políticas. O grande desafio, sobretudo para os movimentos sociais, é enfrentar a tendência a uma supremacia da perspectiva escolar, muitas vezes presentes na política educacional brasileira, e subverter a concepção de educação, de pedagogia e de escola / universidade, forjadas nos referentes da luta pelo direito à educação e no encontro de saberes e experiências inerentes a essa luta. Em perspectiva histórica, representa a construção de outro projeto educativo e de universidade desde a *práxis* educativo-política dos sujeitos do campo.

3. PROPUESTAS

Conjunto de sugerencias y proposiciones en términos de políticas públicas y/o acciones orientadas a los movimientos sociales. En dos perspectivas temporales: de corte inmediato y de largo plazo o estructurales.

Extensión: una página

As proposições ora apresentadas igualmente contemplam a avaliação realizada pelos próprios movimentos sociais do campo com relação às políticas públicas para a Educação do Campo. Um balanço realizado em diferentes encontros organizados pelos próprios movimentos e que estão registrados em documentos que sistematizam o debate sobre a Educação do Campo no Brasil.

Proposta de ações para o fortalecimento da política pública de Educação do Campo no Brasil, em particular no âmbito da Educação Superior:

1. Ampliar o número de Editais do PRONERA para expandir a parceria entre universidades e instituições públicas para expansão dos cursos de graduação e pós-graduação no marco do projeto educativo-político da Educação do Campo;
2. Garantir os recursos para os cursos já aprovados no âmbito do PRONERA;
3. Garantir a pontualidade no repasse dos recursos aprovados;
4. Reconhecer, no campo legal, a Educação do Campo como política de Estado e não de governo;
5. Assumir, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o PRONERA como política de Reforma Agrária;
6. Ampliar os fóruns de discussão sobre a Educação do Campo nas diferentes regiões do Brasil, com o intuito de avançar em novas proposições para a consolidação de uma política de Educação do Campo;
7. Aprovar um maior número de Grupos de Pesquisa que abordem a linha da Educação do Campo nas universidades;
8. Definir linhas de pesquisa que contribuam no fortalecimento da política de Educação do Campo;
9. Instituir a pesquisa como princípio formativo e estratégia de avaliação dos educandos e educandas;
10. Fortalecer a Educação do Campo na relação ensino-extensão-pesquisa, desenvolvendo projetos que atendam a demanda dos povos do campo dentro e fora da universidade;
11. Ampliar a investigação, sistematização, avaliação, reflexão crítica e, principalmente, visibilidade das experiências educativas realizadas com recursos do PRONERA.
12. Implementar parcerias com diferentes órgãos de fomento para garantir o financiamento das pesquisas e projetos de extensão;
13. Garantir o cumprimento dos tempos educativos nos cursos de graduação e pós-graduação nas universidades parceiras;
14. Articular, no campo teórico-metodológico, os saberes dos educandos e educandas como princípio educativo nos cursos de graduação e pós-graduação;
15. Aprimorar as matrizes curriculares dos cursos de graduação, em articulação com os saberes dos sujeitos do campo.